

PLURALIDADES E RESISTÊNCIAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE BIOLOGIA NA PERSPECTIVA DE GÊNEROS E SEXUALIDADES

Cláudia Aparecida da Silva Blanco¹

Eduardo Ferreira dos Reis²

Winston Hiroyuki Uehara³

RESUMO

Este trabalho apresenta relatos de experiências vivenciados pelos licenciandos em biologia durante os estágios supervisionados e no Programa de Iniciação à Docência (PIBID) na abordagem de temas sobre gêneros e sexualidades, destacando os desafios e inseguranças na prática educativa. As experiências demonstram que, apesar do reconhecimento da importância dessas temáticas, ainda há resistência e dificuldades para criar ambientes de acolhimento, devido a preconceitos, inseguranças e questões socioculturais. Ao comparar os currículos dos anos de 2006 e 2018 do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), observamos que, apesar de ter tido uma evolução na inclusão dessas temáticas, passando de um enfoque genérico e optativo para uma abordagem obrigatória e transversal, sua inserção ainda é insuficiente para a formação dos licenciandos. Esses fatores indicam a necessidade de investir na formação crítica dos docentes, que se sentem inseguros em se posicionar sobre a temática frente às resistências e preconceitos presentes na escola. Ao fortalecer a confiança e capacidade de abordar questões relacionadas à diversidade no espaço escolar, o professor poderá promover junto aos estudantes a construção social das diferenças e desigualdades de gênero, sexualidade, étnico-raciais e de classe, conforme discutido por Louro e Butler. Dessa forma, a formação docente precisa ir além de uma abordagem superficial, incluindo conteúdos que dialoguem com a realidade dos estudantes, promovendo conscientização e respeito à diversidade como princípios de uma educação emancipadora. Ao incorporar uma pedagogia que estimule o pensamento crítico, refletindo sobre o papel do currículo e valorizando a diversidade, busca-se não apenas promover inclusão, mas também fortalecer a autonomia do professor e do estudante diante de imposições culturais que reforçam estruturas discriminatórias que violam corpos e sujeitos.

Palavras-chave: Formação docente, Educação em Biologia, Gênero, Sexualidade.

¹ Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Uberlândia - MG, claudia.blanco@ufu.br;

² Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Uberlândia - MG, eduardof.ferreira147@ufu.br;

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal da Universidade Federal Uberlândia - MG, wilston.uehara@ufu.br;





INTRODUÇÃO

A vivência no espaço escolar apresenta características que, em sua diversidade e complexidade, refletem fielmente as dinâmicas e contradições presentes na sociedade. Assim, a escola não apenas espelha a realidade social em que está inserida, mas também desempenha um papel ativo na construção e na crítica dessa mesma realidade. Sendo o espaço de maior convivência de crianças e adolescentes, a escola contribui significativamente para a formação desses sujeitos, assumindo um papel substancial na preparação para a participação ativa na sociedade. Dessa forma, ela vai além do simples ensino de sistemas matemáticos, organelas ou reações químicas, configurando-se como um espaço crucial para o desenvolvimento integral dos jovens.

Neste contexto, é fundamental que o professor estimule nos alunos o sentido crítico acerca de suas experiências de vida e da realidade que ocupam, promovendo uma educação que problematize significados relevantes para eles. Como destaca Freire (1987, p. 55):

"Este é um esforço que cabe realizar, não apenas na metodologia da investigação temática que advogamos, mas também, na educação problematizadora que defendemos. O esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes."

No âmbito da educação em Ciências e Biologia, a intersecção entre as subjetividades individuais, notadamente as relacionadas a gênero e sexualidade, e os conteúdos curriculares gera um campo de tensão onde conflitos entre a experiência pessoal do aluno e a autoridade docente tornam-se frequentes. Nesse contexto, professores e estudantes deparam-se diariamente com paradigmas sociais e culturais que influenciam suas visões e práticas educativas. Tais paradigmas, longe de serem neutros, frequentemente reforçam estereótipos e preconceitos, constituindo um desafio para o desenvolvimento de um espaço escolar verdadeiramente crítico e inclusivo.





Para tanto, a Resolução CONGRAD nº 32/2021, que regulamenta a reforma curricular dos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), impõe a necessidade de atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) para incorporar temáticas relativas à diversidade, gênero e sexualidade, ressaltando que “a formação deve estar orientada para o Essa orientação prevê que a inclusão dessas temáticas seja realizada por meio de disciplinas específicas, projetos extensionistas, atividades complementares e ações transversais que “estimulem o pensamento crítico e a prática pedagógica comprometida com a diversidade e a inclusão” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2021).

É possível perceber que, mesmo diante do reconhecimento da relevância dessas temáticas, existem resistências e dificuldades para garantir ambientes acolhedores, devido a preconceitos, inseguranças e questões socioculturais. Ao comparar os currículos dos anos de 2006 e 2018 do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), observa-se um lento avanço na abordagem das temáticas relacionadas à diversidade, gênero e sexualidade.

No currículo de 2006, essas questões estavam inseridas de forma pouco sistematizada, geralmente relegadas a disciplinas optativas e abordagens pontuais e genéricas, sem a articulação transversal necessária para assegurar uma formação crítica e integral dos licenciandos. A matriz curricular daquela época, composta por 44 disciplinas obrigatórias e cerca de 180 horas optativas, concentrava-se principalmente nos conteúdos específicos das Ciências Biológicas, o que limitava o espaço para discussões aprofundadas sobre questões socioculturais e de diversidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA, 2006).

Por outro lado, o currículo revisado em 2018 procurou articular essas temáticas de modo obrigatório e transversal, alinhando-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura, que enfatizam a necessidade de formação docente para enfrentar desigualdades e promover uma educação emancipadora (Conselho Nacional de Educação, 2001; UFU, 2018, p. 15-25;). Essa mudança representa um avanço ao reconhecer que a formação do professor deve ir além da mera transmissão de conteúdos técnicos, incluindo o desenvolvimento da consciência crítica e ética para lidar com questões socioculturais presentes na escola.



Neste sentido, Louro (1997) destaca que as reformas curriculares, ainda que avancem na inclusão de conteúdos e princípios relacionados à diversidade e às questões socioculturais, não garantem efetivas transformações na prática escolar se não forem acompanhadas de mudanças nos dispositivos institucionais que atuam na constituição dos sujeitos. Ela enfatiza que “tudo opera na constituição de meninos e meninas, de homens e mulheres — dentro e também fora da escola [...] torna-se difícil, de fato, pensar sobre a escola sem que se considere, articuladamente, todos esses dispositivos, arranjos, técnicas ou procedimentos e sem que se perceba como eles agem sobre todos os sujeitos e, em especial, sobre estudantes e mestres” (LOURO, 1997, p. 91)

No mesmo sentido, Souza, Dornelle e Meyer (2021) evidenciam que embora os documentos curriculares prevejam a inclusão das temáticas de gênero e sexualidade nos cursos de Licenciatura em Biologia, na prática, o currículo ainda reproduz discursos normativos e biologicistas que naturalizam corpos e identidades fundamentados na heteronormatividade e na lógica binária de gênero, reforçando assim práticas excludentes e exclusivas. Para esses autores, "os discursos biológicos que sustentam o sexo como a priori do corpo são fundamentais para a sustentação desse regime de poder-saber compreendido como heteronormatividade" (SOUZA; DORNELLE; MEYER, 2021, p. 283). Essa normatividade curricular atua como um mecanismo que legitima classificações rígidas e hierarquizadas de sexualidade e gênero, limitando as possibilidades de reconhecimento da diversidade nos processos formativos.

Em busca de apresentar o cenário atual da formação docente em Ciências Biológicas, observa-se que, embora os currículos tenham incorporado formalmente as temáticas de gênero e sexualidade, ainda há um longo caminho a percorrer para que essas inserções se traduzam em práticas pedagógicas realmente críticas, inclusivas e emancipatórias.

Para aprofundar essa compreensão, a presente pesquisa traz relatos de experiências de licenciandos em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Uberlândia, vivenciadas durante os estágios supervisionados obrigatórios e a participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Esses relatos explicitam a ausência de articulação efetiva entre os conteúdos teóricos e as práticas pedagógicas, denunciando, por meio de uma análise comparativa dos currículos, as limitações atuais da formação docente para enfrentar desafios relacionados à diversidade de gêneros e sexualidades.





METODOLOGIA

Este estudo configura-se como um relato de experiência, de natureza qualitativa, que tem como base vivências discentes na licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O período de coleta das experiências abrangeu as atividades desenvolvidas entre os anos de 2023 e 2025, no âmbito dos estágios supervisionados obrigatórios e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

As experiências que fundamentam este relato foram vivenciadas em escolas da rede pública de Educação Básica de Uberlândia-MG. O eixo central que unifica os relatos consiste na exposição dos licenciandos a situações escolares que evidenciaram diferentes formas de opressão e discriminação baseadas em gênero, identidade e sexualidade.

Nessas circunstâncias, os futuros professores se encontravam em posições diversas variadas, ora como observadores, ora como agentes diretamente envolvidos. Um aspecto recorrente foi a percepção de omissão ou insegurança no trato dessas questões, seja por parte dos próprios licenciandos, seja por parte dos professores regentes. A frequência com que tais situações se apresentaram, associada à dificuldade em manejá-las pedagogicamente, sugere a existência de uma lacuna formativa na preparação dos educadores para abordar a diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar.

Quanto aos procedimentos de atuação dos licenciandos, estes envolveram um espectro de atividades formativas. Nos estágios supervisionados, as ações variaram da observação sistemática de aulas, com registros das percepções contextuais em diários de bordo, até a regência de turmas do Ensino Fundamental II e Médio. No PIBID, a atuação concentrou-se no acompanhamento de turmas do Ensino Médio, inclusive no período noturno, com frequência semanal de uma a três vezes. Embora o foco das observações e regências tenha recaído sobre as disciplinas de Ciências e Biologia, a dinâmica escolar permitiu, ocasionalmente, o contato com outras áreas do conhecimento.

Os sujeitos desta análise são os próprios licenciandos-estagiários, cujas experiências foram selecionadas pelo critério central de manifestarem, explícita ou implicitamente em seus registros, um sentimento de despreparo para intervir pedagogicamente em situações que





demandavam abordagens sobre gênero e sexualidade. Para melhor compreensão desse fenômeno, apresentam-se a seguir quatro experiências que ilustram a manifestação concreta da insegurança e despreparo em diferentes dimensões da prática docente. Ressalta-se que os nomes das escolas, dos estagiários, dos alunos e quaisquer outras informações que possam identificar os envolvidos foram omitidas, a fim de preservar a identidade e garantir o anonimato dos envolvidos.

Abrir ou fechar a janela?

Vivenciada durante estágio supervisionado, esta experiência centrou-se no dilema enfrentado pelo licenciando quando, durante uma troca de aulas, foi surpreendido por estudantes que, através da janela da sala, questionaram publicamente sua sexualidade. O contexto era particularmente delicado, pois a professora regente discutia justamente sobre o desrespeito representado por intromissões na vida pessoal dos docentes. Em respeito a professora regente, o licenciando optou por não responder, decisão que desencadeou uma profunda reflexão.

O licenciando ponderou que, pessoalmente, não teria problema em responder à pergunta. No entanto, questionou-se se essa autorrevelação influenciaria negativamente a relação pedagógica estabelecida. Receou que, em uma turma com estudantes brincalhões, com os quais mantinha uma relação de boa convivência e participação em brincadeiras, a resposta pudesse se tornar motivo de chacota. Este receio persistia mesmo não se observando casos explícitos de homofobia na sala, onde havia apenas um estudante assumidamente gay. O licenciando temia que abrir essa "janela" sobre sua vida pessoal pudesse fragilizar sua autoridade docente, transformando-se em elemento de desrespeito ou piadas recorrentes durante as aulas.

Esta experiência ilustra como a ausência de preparo para lidar com dimensões da identidade pessoal na relação pedagógica gera insegurança no futuro professor, que se vê forçado a calcular estrategicamente os riscos entre autoafirmação e manutenção da autoridade em sala de aula.





Estamos falando dele ou dela?

Em contexto de atuação no PIBID no período noturno, esta experiência revelou a violência simbólica institucionalizada quando uma estudante transgênero teve sua identidade de gênero sistematicamente negada. Durante toda a aula, tanto o professor regente quanto os colegas referiram-se a ela usando pronomes masculinos e tratamento social masculino, inclusive durante a chamada oficial.

Em contexto de atuação no PIBID no período noturno, esta experiência revelou a violência simbólica institucionalizada quando uma estudante transgênero teve sua identidade de gênero sistematicamente negada, sendo referida pelo professor regente e pelos colegas com pronomes e tratamento social masculinos, inclusive durante a chamada oficial.

Vivenciar essa situação, gerou desconforto ético e pedagógico, sentindo-se impotente diante da cena. Como observadora e membro da comunidade LGBTQIAP+, questionou: por que uma estudante era violentada em um espaço que deveria ser de acolhimento e construção? Por que o professor, mesmo reconhecendo a identidade feminina da estudante, mantinha a prática de desrespeito? Acima de tudo, questionou sua própria incapacidade de intervenção, como estagiária, teria autoridade para questionar o professor regente? Sua intervenção poderia piorar a situação da estudante? , a licencianda tornou-se testemunha de um episódio de violência simbólica institucionalizada: uma estudante transgênero teve sua identidade de gênero sistematicamente negada pelo professor regente e colegas de classe, que persistentemente utilizaram pronomes e tratamento social masculinos, inclusive durante a chamada oficial.

Esses questionamentos também evidenciaram as dificuldades impostas pela hierarquia escolar: como intervir enquanto estagiária sem comprometer sua posição? Como questionar o professor regente sem agravar a vulnerabilidade da estudante?

No teatro da vida, somos todos atores?

Esta vivência, acumulada ao longo dos estágios supervisionados e PIBID, em diversas escolas públicas de Uberlândia, revela um processo contínuo de autocensura identitária que transcende os momentos de regência. O licenciando, mesmo sem ter vivenciado questionamentos diretos em sala, adota conscientemente uma postura de discrição sobre sua



orientação sexual, modificando comportamentos e suprimindo expressões que possam revelar sua identidade. O medo não se limita à sala de aula, mas estende-se aos corredores, à sala dos professores e aos momentos de interação informal com os estudantes.

O relato descreve uma autêntica performance docente diária: "mudo um pouco minha personalidade com medo dos alunos descobrirem que sou gay". Esse "teatrinho", como define, manifesta-se na modulação de risos, na contenção de comentários espontâneos e na construção calculada de uma persona profissional que se ajusta à expectativa heteronormativa. O graduando relata situações específicas onde deixou de compartilhar aspectos de sua vida pessoal e evitou certos temas de conversa que poderiam "dar pistas" sobre sua sexualidade.

O paradoxo revela-se no conflito entre seu desejo genuíno de construir relações autênticas com os estudantes - "eu gosto muito de ser amigo dos alunos, conversar com eles" - e o medo constante de que a revelação prejudique sua autoridade docente e a gestão da turma. Esse temor se concretiza na preocupação com a desobediência em sala de aula e no receio de que a relação pedagógica se torne "esquisita" após uma eventual exposição.

Pequenino: desse tamanho, falando isso?

Esta experiência ocorreu durante a regência de um minicurso sobre comportamento reprodutivo animal para turmas do ensino fundamental, no contexto dos estágios supervisionados. Durante atividade lúdica que relacionava dimorfismo sexual e estratégias reprodutivas, um estudante do 4º ano utilizou o termo "gay" de forma pejorativa para se referir a um colega, gerando constrangimento imediato no grupo.

Diante da situação, a licencianda experimentou um conflito rápido entre a hesitação e a necessidade de intervenção. Superando a dúvida inicial sobre sua autoridade como estagiária, optou por abordar pedagogicamente o estudante com questionamentos reflexivos: "Por que você está chamando ele de gay? Se ele fosse gay, isso seria algo ruim?".

A pergunta, elaborada para promover autorreflexão, resultou no reconhecimento do erro pelo estudante e em pedido de desculpas espontâneo.





Contudo, o sucesso imediato da intervenção deu lugar a intensa reflexão posterior. A licencianda registrou no diário de bordo suas inquietações sobre os limites de sua atuação: "Será que eu deveria ter me posicionado assim? E se a família questionar minha conduta? A escola me apoiaria?". Esses questionamentos revelam a fragilidade institucional que cerca educadores em formação quando precisam mediar conflitos envolvendo diversidade sexual e de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos relatos dos licenciandos em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), vivenciados durante os estágios supervisionados e a participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), evidenciou uma recorrente sensação de insegurança e despreparo para abordar questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Os futuros professores mostraram dificuldades em intervir pedagogicamente diante de situações que demandavam o enfrentamento de opressões e discriminações baseadas em identidade de gênero e orientação sexual, o que revela fragilidades institucionais e lacunas na formação docente.

Essa insegurança está relacionada, em parte, ao modo como o currículo do curso de Ciências Biológicas aborda essas temáticas. A comparação entre os currículos de 2006 e 2018 mostrou avanços na inclusão obrigatória e transversal dos conteúdos sobre gênero e sexualidade, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais que enfatizam a formação ética, crítica e emancipatória dos professores (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001; UFU, 2018, p. 15-25). Porém, apesar dessa formalização, persiste uma distância entre teoria e prática, já que as experiências indicam que os conteúdos ainda não garantem o preparo adequado para os futuros docentes incorporarem essas discussões cotidianamente no espaço escolar (SOUZA; DORNELLE; MEYER, 2021, p. 283).

Os relatos evidenciam a persistência de resistências socioculturais, preconceitos e inseguranças que afetam tanto estudantes quanto educadores, dificultando a construção de ambientes escolares acolhedores e inclusivos. Tais dificuldades estão associadas à naturalização de normas sociais que constituem o gênero e a sexualidade por meio de categorias binárias e hierarquizadas, reforçando a heteronormatividade.





Judith Butler (2003) problematiza essa constituição ao afirmar que o gênero não é uma identidade fixa, mas um "efeito performativo" produzido por práticas discursivas e sociais reiteradas, que mantêm relações de poder e exclusão. Segundo a autora, “o gênero é inerentemente uma construção cultural, passível de desconstrução e ressignificação” (BUTLER, 2003, p. 24).

Nesse mesmo sentido, Louro (1997) destaca que os dispositivos institucionais, sobretudo a escola, desempenham papel fundamental na constituição dos sujeitos, operando através de arranjos e técnicas que naturalizam as categorias de gênero e sexualidade. Para a autora, “torna-se difícil, de fato, pensar sobre a escola sem que se considere, articuladamente, todos esses dispositivos, arranjos, técnicas ou procedimentos e sem que se perceba como eles agem sobre todos os sujeitos e, em especial, sobre estudantes e mestres” (LOURO, 1997, p. 91). Assim, as reformas curriculares que incorporam temáticas de gênero e diversidade poderão ser ineficazes se não houver uma intervenção crítica nos mecanismos institucionais que reproduzem essas normatividades.

Portanto, a escola configura-se como um espaço estratégico para a desconstrução dessa heteronormatividade e para a promoção de uma educação emancipadora. Para tanto, é imprescindível que a formação docente supere abordagens superficiais, desenvolvendo práticas pedagógicas críticas que problematizem o papel do currículo e valorizem a diversidade como princípio educativo, fortalecendo a autonomia de estudantes e professores na construção social das diferenças e desigualdades (BUTLER, 2003; LOURO, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos relatos analisados, conclui-se que, embora a formação docente em Ciências Biológicas tenha avançado na incorporação de temáticas relacionadas a gênero e sexualidade em seu currículo, há ainda lacunas significativas no preparo efetivo dos futuros professores para enfrentar os desafios de promover uma educação inclusiva e crítica. A persistência de inseguranças, o receio frente às resistências sociais e a falta de práticas pedagógicas que integrem teoria e vivência evidenciam a necessidade de revisões e reforço dessas temáticas na formação inicial.





Além disso, os resultados reforçam a importância de uma pedagogia que valorize a diversidade e estimule o pensamento crítico, conforme apontado por Louro e Butler, fortalecendo a autonomia tanto do educador como do estudante e contribuindo para a desconstrução de estruturas discriminatórias. Para tanto, recomenda-se que a formação docente ultrapasse uma abordagem superficial e proponha conteúdos contextualizados que dialoguem com a realidade sociocultural dos alunos, promovendo o respeito às pluralidades e a construção de ambientes escolares acolhedores.

Finalmente, abre-se espaço para novas pesquisas que aprofundem a análise das práticas pedagógicas em relação à diversidade de gênero e sexualidade, buscando não só compreender melhor as dificuldades encontradas, mas também desenvolver estratégias formativas, institucionais e curriculares mais eficazes e inclusivas.

REFERÊNCIAS

AMANDO, Marília Rocha; CUSATI, Iracema Campos; CARVALHO, Odair França de. Normatividade cultural e marginalização das sexualidades: o preconceito no ambiente escolar contra a pessoa LGBT. **Momento: diálogos em educação**, Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 128-147, set./dez. 2019. E-ISSN 2316-3100.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.

HOOKS, bell. **Educação e sexualidade**. In: LOURO, Guacira López (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 1. ed. São Paulo: Edufscar, 1999. p. 82-88.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2018. 184 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. 88 p.





SOUZA, Elaine de Jesus; DORNELLES, Priscila Gomes; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Corpos que desassossegam o currículo de Biologia: (des)classificações acerca de sexualidade e gênero. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 278-300, jan./mar. 2021. DOI: 10.23925/1809-3876.2021v19i1p278-300. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: 15 out.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Graduação. **Resolução CONGRAD nº 32, de 7 de outubro de 2021**. Uberlândia, 2021. 8 p. Disponível em: https://www.sei.ufu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3471350&infra_sistema=SEI. Acesso em: 8 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Biologia. Coordenação do Curso de Ciências Biológicas. **Projeto pedagógico do curso de Ciências Biológicas**. Uberlândia, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Biologia. Curso de Graduação em Ciências Biológicas – Licenciatura. **Projeto Pedagógico do Curso**. Uberlândia, 2018. 139 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). **Resolução nº 46, de 14 de junho de 2023**. Regulamenta normas acadêmicas. Uberlândia, 2023. Disponível em: https://iarte.ufu.br/sites/iarte.ufu.br/files/conteudo/page/normas_de_graduacao.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

